

Salários e aluguéis subirão a cada mês

LEONEL ROCHA
Da Editoria de Economia

O "Programa de Estabilização" econômica, elaborado pelo ministro do Planejamento João Sayad, prevê reajustes mensais de preços, aluguel e salários a partir do dia primeiro de setembro. O programa seria adotado depois de uma fase de três meses (junho, julho e agosto) de rígido controle de preços "administrados". Durante os meses de março, abril e maio haveria o realinhamento geral da economia. O programa está sendo estudado pelo presidente Sarney.

A partir de setembro serão autorizados aumentos mensais de preços com base na inflação média do trimestre anterior. No caso de setembro, por exemplo, no final do mês os reajustes autorizados seriam baseados na média da inflação de junho, julho e agosto. Desta forma, se a inflação média dos três primeiros meses da aplicação do programa for de 5 por cento, os preços "administrados" (controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e Sunab) seriam reajustados em 5 por cento a cada mês até dezembro.

Uma vez por ano cada setor empresarial irá ao Conselho Interministerial de Preços e à Sunab para discutir as correções anuais. O ministro do Planejamento considera esta regra muito mais fácil de que a atual. Os órgãos de controle fixariam tetos máximos mensais de correção para cada setor.

Para a viabilidade do programa, as tarifas públicas terão que ser "corretamente alinhadas" durante a chamada fase de transição, os meses de março, abril e maio. Em junho, julho e agosto haverá congelamento. Os únicos preços não congelados serão os de setores considerados não essenciais e fora da Resolução nº 166 do Conselho Interministerial de Preços.

O "correto alinhamento" das tarifas públicas, de acordo com o plano, evitaria a descapitalização e perda de capacidade de investimentos das empresas oficiais, e a

consequente pressão sobre o déficit público. Alinhadas, as tarifas ficariam com preços congelados em junho, julho e agosto. Voltariam a ser reajustadas mês a mês a partir de setembro.

SALÁRIOS

O plano de João Sayad mantém o "gatilho" salarial da forma como está funcionando (disparando assim que a inflação atinja 20 por cento) somente na chamada fase de transição (junho, julho e agosto). A partir de setembro entrariam em vigor novos salários, atualizados, para todos os trabalhadores. Esta atualização seria feita com base no salário vigente em março de 1986 — após a conversão em cruzados — e aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de março de 86 a maio de 87.

A intenção do plano é repor o valor real de todos os salários. Nos meses de junho, julho e agosto não haveria correção de salários, nem mesmo se a inflação atingisse a 20 por cento. Seria o fim parcial de qualquer sistema de escala móvel de salários. Depois destes três meses, entraria em vigor um novo regime de correção automática, mensal, de salários.

O sistema de reajustes salariais será idêntico ao de aluguéis. Seria medida a média da inflação do trimestre anterior e aplicada sobre os salários. No caso de setembro, por exemplo, a inflação — medida pelo IPC — média dos meses de junho, julho e agosto seria aplicada nos salários de setembro.

A partir de janeiro do próximo ano este sistema se repetirá, só que a inflação a ser aplicada sobre os salários seria a medida no quadrimestre anterior. Em janeiro, por exemplo, o reajuste de salários seria baseado na inflação média dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Os salários de fevereiro, março e abril também seriam reajustados com base na inflação média do último quadrimestre deste ano.

No caso de inflação média inferior a 1,5 por cento, os salários não serão reajustados. Com esta fórmula encontrada pelo ministro Sayad não há indexação global dos salários à inflação. O plano do ministro do Planejamento considera as correções mensais como antecipações salariais.

O plano, chamado oficialmente pelo próprio ministro de "A Nova Economia — Uma Proposta de Saída da Crise Econô-

mica", prevê a livre negociação salarial a partir dos 60 por cento da inflação entre uma database e outra.

O ministro argumenta que do ponto de vista da economia como um todo, "o novo sistema defende o poder de compra mês a mês, eliminando as bruscas oscilações, conferindo previsibilidade para o planejamento dos orçamentos domésticos e das empresas". Sayad espera que cada empresa ou assalariado defina, claramente, o seu "horizonte econômico".

A alternativa encontrada por Sayad para "amortecer a inflação passada" é o repasse gradual da taxa inflacionária depois de cada trimestre (no caso deste ano) e a cada quadrimestre, a partir de janeiro. Todo este sistema se repete para preços e aluguéis.

O ministro admite que "trata-se de um tipo de indexação que permite escapar dela, em direção à inflação muito baixa, na medida em que não se repassa nada quando a inflação média (no trimestre ou quadrimestre) for inferior ou igual a 1,5 por cento.

SALARIO MÍNIMO

A promessa do plano é "tratamento especial" para o salário mínimo. No dia 31 de maio ele será "atualizado" como todos os demais. A partir de junho deste ano — caso o plano seja mesmo adotado — cada vez que a inflação atingir a 3 por cento, o salário mínimo é reajustado no mesmo patamar.

Com o Plano o Governo estaria disposto a rever o mínimo todo mês de maio, e não somente reajustá-lo de acordo com a inflação ou com o "gatilho específico" criado especificamente para isto. Haveria um crescimento do poder de compra proporcional ao aumento da renda per capita nacional.

ALUGUEIS RESIDENCIAIS

O sistema de reajuste obedecerá exatamente ao adotado para os salários. Caso o plano seja adotado mesmo em primeiro de junho, os reajustes deste ano para os aluguéis serão baseados na inflação medida pelo IPC de cada trimestre anterior. A partir de janeiro do próximo ano, a

da República a substituição do presidente do Banco Central. Não seria uma determinação para a mudança, mas poderia ser decisivo para a previdência do Banco.

DEFICIT

Uma das principais preocupações do ministro João Sayad ao elaborar o Programa de Estabilização foi com o déficit público. A expectativa do ministro é de que ele não deve superar o limite de 1,5 por cento do Produto Interno Bruto a partir de primeiro de junho, quando começa a vigorar o programa.

Para atingir objetivo, Sayad vê como necessárias quatro fases de transição: realinhamento correto das tarifas e preços das empresas estatais, eliminação significativa do subsídio ao trânsito normas de austeridade relativas a contratações, custeio e novos projetos do setor público e reordenamento das finanças estaduais.

Outro ponto preocupante para o ministro Sayad. Ele pretende que o Banco Central direcione sua política de mercado aberto visando uma taxa de juros "compatível" com a sustentação do crescimento econômico. A política de juros adotada pelo BC terá acompanhamento mais perto por parte dos deputados e senadores, já que o banco vai adotar — caso o plano seja adotado — sistema de relatórios quadrimestrais para o Congresso Nacional.

O ministro determina, ainda, que para medir o índice de preços, seja adotado o IPC medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Na chamada fase de transição, a FIBGE deverá fazer com que todas as variações de preços ocorridas em maio de 87 sejam computadas no índice desse mês. Isto — segundo o Plano Sayad — evitaria a contaminação do índice de junho pela inflação do mês anterior.

URGÊNCIA

O ministro do Planejamento considera urgente o anúncio deste novo programa econômico para recuperar o Plano Cruzado e restabelecer o regime de estabilidade. Ao mesmo tempo — segundo Sayad — o Governo não pode correr o risco de uma tentativa prematura de reedição do choque heterodoxo, "sob pena de consumir o capital" de credibilidade que lhe resta."

João Sayad aponta alguns requisitos para a aplicação do novo plano: equilíbrio econômico, anúncio imediato, três meses de preparação e ser apresentado em forma de projeto de lei ao Congresso Nacional. As justificativas do ministro são de que existe desequilíbrio e instabilidade econômica da economia, não existindo ponto de referência para o realinhamento imediato de preços e salários.

A outra preocupação, o anúncio do Plano, pretende evitar a expectativa que provocaria desestabilização como consequência de especulações com preços, principalmente. Por isto, deve haver divulgação das "regras do jogo". Os três meses de preparação seriam para o realinhamento geral de preços, controle do déficit público e da preparação administrativa do sistema de controle e gerência do programa.

Uma das principais preocupações do ministro Sayad é com o debate que deve se travar no Congresso Nacional sobre o projeto de lei a ser enviado pelo presidente da República. O período que o projeto passará no congresso, coincidirá com a fase de preparação. Quando os deputados e senadores aprovarem o programa, o Governo vai estar estruturalmente preparado para adotá-lo.

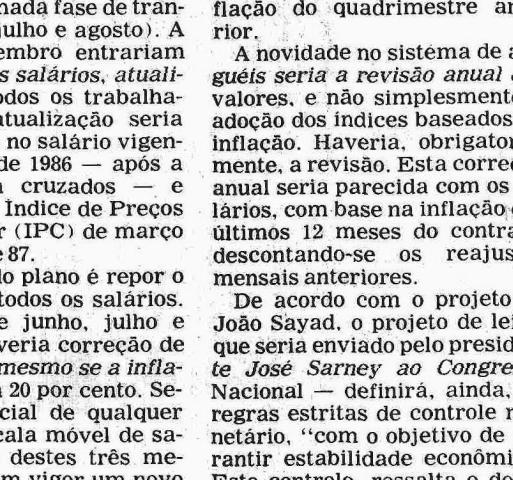
Quanto aos preços liberados, o ministro do Planejamento não tem receio de que sejam exageradamente remarcados pelos comerciantes antes da adoção do programa. Isto porque, segundo Sayad, estes preços continuarão durante todo o tempo livres, regidos somente pela livre concorrência, não havendo motivos para corridas às remarcas em supermercados ou lojas.

Compromisso do Governo com os empresários que o regime de estrita estabilidade seria de três meses. Esta é outra preocupação do ministro. Ele considera este compromisso como salvaguarda suficiente para impedir a explosão de preços antes dos três meses de congelamento (junho, julho e agosto). Isto impediria, ainda, o desabastecimento, como aconteceu depois de alguns meses de congelamento de preços durante o Plano Cruzado.

De acordo com o pensamento do ministro, "a comunidade espera e considera inevitável" uma nova contenção de preços.

O ministro do Planejamento deixa a entender que as negativas de novos congelamentos (ou congelamento seguido de liberação e novo congelamento) de preços não convence ao consumidor, à comunidade. E além disso, está disseminado entre os assalariados o sentimento de que só o congelamento põe um freio à escalada de preços. Sayad revela, ainda, que os economistas também acreditam no congelamento, discordando, apenas, sobre o modo de administrar esta medida.

A esperança do ministro é de que, com a adoção do Plano, o País passe a ter estabilidade na administração de preços, salários e aluguéis, fatores considerados por Sayad como "cruciais" para a vida econômica.



João Sayad: um plano sob exame

variação teria como base a inflação do quadrimestre anterior.

A novidade no sistema de aluguéis seria a revisão anual dos valores, e não simplesmente a adoção dos índices baseados na inflação. Haveria, obrigatoriamente, a revisão. Esta correção anual seria parecida com os salários, com base na inflação dos últimos 12 meses do contrato, descontando-se os reajustes mensais anteriores.

De acordo com o projeto de João Sayad, o projeto de lei — que seria enviado pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional — definirá, ainda, as regras estritas de controle monetário, "com o objetivo de garantir estabilidade econômica. Este controle, ressalta o documento do ministro, seria através da demanda.

A previsão é de que seja garantida a independência do Banco Central e reforço ao poder de controle do Congresso Nacional sobre a política econômica brasileira.

A esperança de João Sayad é de que durante os primeiros três meses de aplicação do programa o saldo da base monetária, como preços e salários, permaneça constante. A variação mensal aconteceria a partir de primeiro de setembro deste ano, conforme o Índice de Preços ao Consumidor, como ocorreria com os reajustes de preços, com um detalhe: seria acréscimo de um fator proporcional ao crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB).

A intenção de Sayad é manter constante a oferta de moeda, reajustada por fatores que o ministro chama de sazonais. Ele estaria disposto a considerar nestes "fatores sazonais" a maior demanda no final de cada ano, em comparação com os meses de janeiro, fevereiro e março, por exemplo.

BANCO CENTRAL

Está prevista a elaboração de um relatório do Banco Central a cada quadrimestre, sobre o comportamento da base monetária no quadrimestre anterior,

além de uma indicação sobre as ações previstas para o período seguinte. Este relatório seria entregue ao Congresso Nacional, já a partir de primeiro de setembro.

A direção do Banco Central estaria vulnerável, neste caso, não só às críticas dos deputados e senadores, mas poderiam sofrer "moções de censura". Estas moções teriam força bastante para que os parlamentares sugerissem ao Presidente